

Daniele Seridório  
Universidade Estadual  
Paulista

**Caroline Luvizotto**  
Universidade Estadual  
Paulista

## **Internet como espaço de deliberação e participação política\***

**Internet as a space for  
deliberation and political  
participation**

**La internet como espacio para  
la deliberación e la  
participación política**

---

\* Este artigo é resultado de pesquisa de mestrado “Comunicação, participação política e deliberação na internet: a discussão no Vote na Web”, financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), processo 2014/12307-6.

## RESUMO

A internet tem potencial de se configurar como um meio para a deliberação pública, sua estrutura permite criar fóruns abertos para participação e propicia ambientes com múltiplas informações sobre o tema a ser discutido, mas esse potencial nem sempre é efetivado pelas práticas dos usuários. Este trabalho tem como objetivo analisar a qualidade da deliberação no website Vote na Web pela metodologia da análise de conteúdo; as categorias utilizadas na análise foram: inclusividade, respeito mútuo, tópico, provimento de razão, reciprocidade e reflexividade. O estudo concluiu que o Vote na Web, como experiência de uso político da internet, é arena participativa, mas não deliberativa. O potencial de deliberação estaria justamente em permitir que as pessoas participem em torno de determinado tópico, mas essa participação não levou à deliberação devido ao baixo índice de reciprocidade e reflexividade.

Palavras-chave: deliberação; participação política; internet; Vote na Web

## ABSTRACT

The internet has the potential to mediate public deliberation, its structure allows the creation of forums that are open for participation and provides environments with multiple information about the topic to be discussed, but this potential is not always made effective by the users' practices. This work aims to analyze the quality of deliberation on the website Vote na Web using the methodology of content analysis; The categories used in the analysis were: inclusiveness, mutual respect, topic, provision of reason, reciprocity, and reflexivity. The study concluded that Vote na Web, as an experience of political use of the internet, is participatory, but not deliberative. The potential for deliberation would be precisely to allow people to participate around a topic, but this participation did not lead to deliberation because of the low rate of reciprocity and reflexivity.

Keywords: deliberation; political participation; internet; Vote na Web

## RESUMEN

La Internet tiene el potencial de configurarse como un medio para la deliberación pública, su estructura permite crear foros abiertos la participación y propicia ambientes con múltiples informaciones sobre el tema a ser discutido, pero ese potencial no siempre es efectivo debido a las prácticas y apropiaciones de los usuarios. Este trabajo tiene como objetivo analizar la calidad de la deliberación en el sitio web Vote na Web por la metodología del análisis de contenido; Las categorías utilizadas en el análisis fueron: inclusividad, respeto mutuo, tópico, provisión de razón, reciprocidad y reflexividad. El estudio concluyó que Voto en la Web, como experiencia de uso político de internet, es ámbito participativo, pero no deliberativo. El potencial de deliberación estaría justamente en permitir que las personas participen en torno a determinado tópico, pero esa participación no llevó a la deliberación debido al bajo índice de reciprocidad y reflexividad.

Palabras claves: deliberación; participación política; internet; Vote na Web

Submissão: 22-10-2014

Decisão editorial: 15-08-2017

## Comunicação, participação e deliberação

Quando o Estado se abre para criação de meios que possibilitam a participação dos cidadãos e a deliberação sobre políticas existentes ou propostas surgem mecanismos mais diretos e talvez mais eficazes de responder às carências e necessidades sociais (COELHO; NOBRE, 2004). Quando o Estado não se abre, e os cidadãos possuem os meios a motivação para se organizarem, eles buscam formas de fazer com que sua opinião atinja quem está no poder (SHIRKY, 2011).

Essas ações buscam ampliar o momento das eleições, incluindo os cidadãos numa discussão direta, além da escolha de seus representantes. Mesmo assim, essas experiências que buscam expandir formas de representação política sofrem críticas na medida em que na construção de regras e procedimentos podem "conduzir à arbitrariedade, à instabilidade e à manipulação na escolha coletiva, assim como a criação de monopólios de representação" (COELHO; NOBRE, 2004, p. 12).

Nesse contexto, a internet surge como espaço possível para manifestações políticas e ações que aproximam Estado e cidadão. Para Vedel (2003) as potencialidades políticas da internet são: informar melhor os cidadãos, a simulação on-line do debate públi-

co, mobilização cívica on-line, aproximar cidadãos e governantes. Como são potencialidades podem ficar inertes dependendo da apropriação dessas ferramentas, o próprio autor tem um posicionamento crítico.

Essas potencialidades não exploradas revelam que o "impacto das tecnologias digitais sobre o campo político está sempre intimamente relacionado com fatores culturais" (MARQUES, 2010, p. 132), seja por questões de acesso ou pela abertura da esfera pública às demandas dos cidadãos que estão na internet. Mesmo que haja o uso político da internet por parte dos indivíduos, é inocência admitir que essas tecnologias participativas sejam uma simples ferramenta de contra poder (AURAY, 2012).

Outro ponto importante é a economia política da comunicação na internet. É o sistema midiático que vai determinar se a internet se configura como ambiente complementar da experiência de consumo de mídia, ou somente replica conteúdo da mídia tradicional (JENSEN; BORBA; ANDUIZA 2012). Fuchs (2014) recorda que a internet é controlada por grandes corporações que mercantilizam os dados dos usuários e lucram com as suas atividades.

A internet não alterou efetivamente as relações de poder, mesmo que tenha ampliado os espaços de participação. Essa estrutura tecnológica ainda é controlada por relações de poder econômico, político e culturais (FUCHS, 2014). "Enquanto as corporações dominarem a internet ela não será participativa" (FUCHS, 2014, p. 61). Para o autor, os locais participativos da internet são aqueles nos quais os usuários buscam construir e reproduzir projetos sem fins lucrativos.

Se a participação prevê a inclusão quantitativa de indivíduos, a deliberação prioriza a qualidade do

debate; essas definições que parecem complementares vivem em constante tensão (SINTOMER, 2011). O que ocorre é que ao mesmo tempo em que a deliberação exige a participação, a participação massiva de um determinado grupo mitiga a participação e os argumentos de outro grupo (SAMPAIO, 2011).

A deliberação ocorre a partir da participação de indivíduos, porém com fins e meios específicos. Os autores que defendem um modelo deliberativo de democracia – ou práticas deliberativas em democracia representativas – argumentam pela “intromissão da esfera civil nas práticas democráticas não apenas por meio daqueles procedimentos característicos da agregação das disposições eleitorais [...] mas, também, a partir de contribuições substantivas, guiadas por princípios pré-estabelecidos” (MARQUES, 2009, p. 22).

A deliberação estabelece um processo comunicativo a partir do qual é garantida a legitimidade das políticas públicas (MARQUES, 2009, p. 12). A comunicação na deliberação vai além do processo midiático – de tornar visíveis pontos de vistas pela mídia – mas também como um exercício de movimento em direção ao outro (MARQUES, 2009). A deliberação é processo comunicacional, no qual o indivíduo busca argumentos para convencer os participantes a fim de que o grupo chegue a melhor decisão.

O entendimento sobre o que é deliberação não considera somente práticas institucionais, que partem das iniciativas governamentais, incluem também processos que ocorrem em grupos subalternos, em meios de comunicação, ou seja, no embate de discursos que fluem na esfera pública (DRYZEK, 2004). A deliberação é um processo comunicacional e público

– as vezes político –, que coloca atores para discutirem cooperativamente os problemas que surgem na agenda pública com o objetivo de encontrar uma solução orientada para o bem comum. O que não se pode perder de vista na análise empírica é que a noção de bem comum é um valor questionável em sociedades desiguais.

Do ponto de vista comunicacional, a deliberação envolve processos comunicativos em dois âmbitos: a própria comunicação interpessoal; e o papel dos meios de comunicação na formação do arsenal argumentativo dos participantes. Quando essa discussão pública está na internet adquire um terceiro âmbito: é midiaticizada. Então, além da rede formada pelo diálogo, o debate de cunho deliberativo que ocorre na internet tem *status* de comunicação midiaticizada, possuindo maiores chances de impactar a opinião pública.

Como uma conversa mediada por computador, a discussão política na internet parte da negociação entre os usuários, que se valem de provimento de razões e interações para construir contextos (RECUERO, 2012). Como os participantes da deliberação on-line são usuários, podemos considerar que seu agir vai ser guiado pela cooperação, competição e conflito (RECUERO, 2009), seguindo esse conceito, e a proposta de Bohman (2009), vemos que a ação cooperativa é o próprio processo deliberativo, a competição caracteriza a busca pelo melhor argumento e o conflito é o ruído da ausência de respeito mútuo.

Dentro da perspectiva de que a internet poderia mediar um debate deliberativo nasce a proposta deste artigo, que tem como objetivo analisar a interação de atores sociais em um ambiente on-line de debate político. O objeto empírico selecionado foi o *Vote na*

*Web*, *website* criado pela *Webcitizen*, empresa que tem como foco a criação de canais de participação cidadã.

O site, além de disponibilizar para debate os projetos de lei do Congresso Nacional possibilita que o cidadão vote, simbolicamente, se concorda ou não com as propostas. Uma de suas principais características são os resumos apresentados, formulados por analistas – a partir do texto do projeto de lei original – que buscam traduzir os termos utilizados para uma linguagem mais próxima a do público.

Um ponto importante da arquitetura do *webiste Vote na Web* é que ele permite que se visualize a computação dos votos em um parâmetro geral dos usuários e dividida em categorias de gênero, idade e estado. Além dessas possibilidades, há um mapa do Brasil que apresenta as diferenças da votação por escala de cores. Outros aspectos da arquitetura do referido *site* podem ser citados, como por exemplo, a divisão dos projetos de lei apresentados em categorias. No *site*, também há duas ferramentas de busca, por filtros pré-estabelecidos, ou por palavras-chave.

O *Vote na Web* requer que o cidadão participe, vote e opine. Por isso, é importante averiguar a contribuição deste *website* para a deliberação on-line, valendo-se de métodos de análise quantitativos, qualitativos e descritivos.

Analisamos a qualidade da deliberação no *Vote na Web* a partir da análise de conteúdo das categorias: inclusividade; provimento de razões; respeito mútuo; tópico; reciprocidade; e reflexividade. Para análise escolhemos, seguindo a proposta metodológica de Fragoso, Recuero e Amaral (2013), o fórum destinado ao projeto de lei complementar 7633/2014, que

dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal.

## Metodologia

Escolhemos analisar o fórum destinado ao projeto de lei 7633/2014 baseadas na proposta metodológica de Fragoso, Recuero e Amaral (2013). Seguindo a proposta dessas autoras, primeiramente delimitamos o recorte por critério temático: pretendíamos analisar projetos de lei que tivessem como foco a mulher. A escolha dessa temática justifica-se pela posterior análise da categoria deliberativa da inclusividade, os dados de inclusividade referentes à discussão sobre um projeto de lei que trata especificamente da mulher poderiam revelar posicionamentos diferentes entre homens e mulheres, hipótese que foi confirmada.

Buscamos, então, pela palavra-chave “mulher” no *Vote na Web*, a busca resultou em 96 ocorrências do termo. Dentre os resultados, optamos pelo projeto de lei completar 7633/2014 por critérios de temporalidade e pela quantidade de comentários no fórum. Além de ser um projeto recente, o fórum da discussão continha 138 comentários no momento em que formulamos o projeto de pesquisa e 496 comentários no recorte temporal definido no cronograma de pesquisa, ou seja, essa quantidade estava adequada ao tempo disponível para análise de uma pesquisa de mestrado.

Utilizamos como espinha dorsal o *Discourse Quality Index* (DQI) para analisar a interação e como os usuários expressam-se no ambiente de deliberação. Este método foi proposto por Steenbergen *et al* (2003) e utilizado por Mendonça e Pereira (2011), mas teve



suas categorias adaptadas e atualizadas de acordo com os objetivos desta pesquisa.

Partirmos de um ideal normativo para encontrar-mos categorias de análise, a prática é mais complexa e as realidades sociais diversas. “Se o mundo empírico não corresponde aos ideais normativos, alguém pode argumentar que o mundo empírico precisa ser mudado. Outro pode argumentar, contudo, que os ideais normativos precisam ser ajustados ao mundo como ele é” (STEINER, 2012, p. 2-3).

Analisamos as seguintes categorias: inclusividade, respeito mútuo, provimento de razões, tópico, reciprocidade e reflexividade. Por tratar-se de uma análise em categorias, a proposta corresponde à análise de conteúdo, recorreremos à Bardin (1977) para definir as subcategorias e critérios de análise.

A categoria da inclusividade é o princípio de que processos deliberativos devem incluir todos os sujeitos potencialmente afetados por uma decisão. A avaliação desta categoria compreendeu a porcentagem de votantes do gênero masculino e votantes do gênero feminino.

A categoria respeito mútuo revelou traços decisivos deste ambiente de deliberação, por possibilitar a manutenção do vínculo entre interlocutores. Foram delimitados os seguintes critérios de análise, segundo proposta utilizada por Sampaio (2011): respeito implícito; respeito explícito; sem respeito rude; sem respeito incivil. “Este critério se manifesta no respeito pelos argumentos do outro, respeito a grupos e minorias e manutenção de uma atmosfera de grupo que busca o entendimento comum” (SAMPAIO; BARROS; MORAIS, 2012, p. 481).

O provimento de razões é compreendido como o esforço de um ator social por justificar suas ações e opiniões (MENDONÇA e PEREIRA, 2011). Diferentemente do estudo desses pesquisadores, englobamos a categoria orientação para o bem comum como subcategoria de provimento de razões. As subcategorias de provimento de razões são: experiências pessoais; referências externas e orientação para o bem comum.

Considerando a crítica de Mouffe (2000) quanto à centralidade da racionalidade na deliberação, partimos da ideia de Dryzek (2004), que inclui outras formas comunicativas no provimento de razões, fortalecendo o pluralismo na deliberação. Dryzek (2004) considera que discursos coercivos não são provimentos de razões, por isso, os comentários analisados como sem respeito mútuo, mas com provimento de razão foram automaticamente desconsiderados nessa última categoria.

A categoria tópico “não é um elemento inerente aos critérios da deliberação, mas é, provavelmente, o único que considera o ambiente online” (SAMPAIO; BARROS; MORAIS, 2012, p. 481). Verificamos se os comentários discutiam o tema proposto pelo projeto de lei.

A reciprocidade entrou em nossa análise para revelar traços de conversação mediada por computador. “Este critério é uma condição básica para deliberação, uma vez que se os participantes não ouvem e não consideram uns aos outros não é deliberação, mas apenas monólogo” (SAMPAIO; BARROS; MORAIS, 2012, p. 479). Encontramos os sinais de reciprocidade nas menções a outros usuários, na reprodução de trechos de textos postados, na similaridade dos argumentos, e pela utilização da opção de responder

diretamente ao comentário de outro usuário. Organizamos a reciprocidade nas seguintes subcategorias: acordo, desacordo, neutralidade.

A última categoria foi a reflexividade, que coincide em determinados aspectos com a reciprocidade, mas foca mais profundamente na construção da opinião, reiterando aspectos que revelam o fluxo da conversação. “É entendida como a consideração da perspectiva alheia ao formular as próprias argumentações e o estabelecimento de posição nas discussões, ou seja, incorporar argumentos dos outros” (SAMPAIO; BARROS; MORAIS, 2012, p. 480). Observamos a incorporação dos argumentos dos outros para fundamentar a argumentação, mesmo que os atores estejam em desacordo. Os comentários foram divididos em ‘com reflexividade’ e ‘sem reflexividade’.

## Resultados e Discussão

A categoria que atingiu a mais alta qualidade de deliberação foi “Tópico”, reiterando o que Sampaio, Barros e Moraes (2012) afirmaram sobre ser uma categoria que considera o ambiente on-line. No *Vote na Web*, poucos comentários fugiram do tema proposto. A categoria que atingiu a mais baixa qualidade de deliberação foi a reflexividade, seguida de reciprocidade, revelando que o *website* é um repositório de visões individuais e de usuários que não estão dispostas a debaterem sobre temas relevantes, e que muitas vezes não são abordados pela agenda midiática. O Gráfico 1 apresenta os índices atingidos por cada categoria, em azul estão representados os comentários positivos à deliberação, em laranja os comentários negativos.

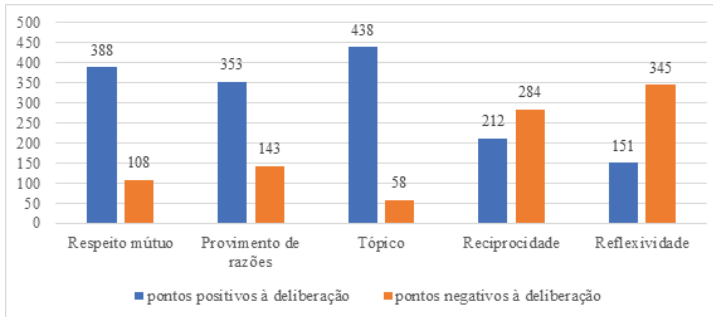


Gráfico 1 - Qualidade da deliberação no fórum do projeto de lei 7633/2014 no website *Vote na Web*

Fonte: elaboração própria

O potencial do *Vote na Web* está justamente em permitir que as pessoas se expressem em torno de determinado tópico, mas essa participação não leva à deliberação, esses usuários conversam, em sua maioria, sozinhos, ou somente leem os outros comentários e se posicionam, mas sem aprofundar-se na reciprocidade e na reflexividade. O *Vote na Web* é uma complementação para os temas que estão em discussão na esfera pública, representa um espaço de repositório de opiniões e posicionamentos em torno de diferentes assuntos.

Um fato que prejudicou a deliberação e a discussão no fórum analisado é que, num primeiro momento, não havia o *hyperlink* correto que levava ao texto do projeto de lei na íntegra no site da Câmara dos Deputados. Fato que foi apontado pelos comentários (Figura 1), impossibilitando que os usuários obtivessem, diretamente pelo *website*, informações sobre o projeto de lei.

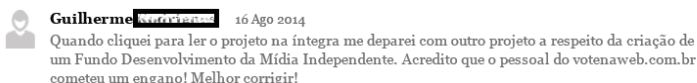


Figura 1 - Comentário de usuário sobre *hyperlink* incorreto  
Fonte: [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

Outro fator prejudicial à deliberação foi a baixa qualidade do resumo, apontada por alguns usuários (Figura 2). O resumo é uma importante característica do *site*, resume o projeto de lei dentro de um espaço adequado à plataforma. Se por um lado, esse espaço limitado pode ter influenciado a categorias de provimento de razões, munidos daquela informação recortada e de baixa qualidade os usuários não conseguiram formular argumentos ou entender o projeto de lei. Por outro lado, pode ter influenciado positivamente na reciprocidade, alguns usuários explicavam para outros o déficit de qualidade no resumo, indicando falhas de interpretação do texto ou sugerindo o acesso ao texto do projeto de lei na íntegra (Figura 3). Um comentário fez uma proposta para sanar essa deficiência, que o *Vote na Web* permitisse a edição dos resumos (Figura 4).

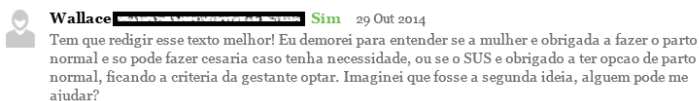


Figura 2 – Comentário de usuário sobre baixa qualidade do resumo  
Fonte: [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

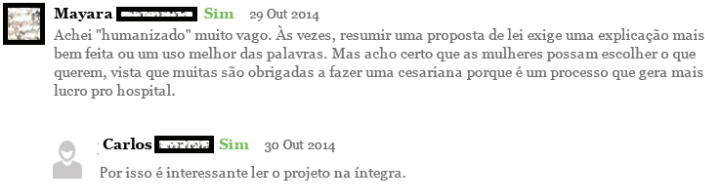


Figura 3 - Diálogo entre dois usuários sobre a baixa qualidade do resumo

Fonte: [www.votena.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votena.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

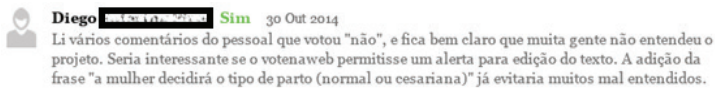


Figura 4 - Comentário propondo ferramenta de edição do resumo

Fonte: [www.votena.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votena.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

Apresentaremos a partir daqui os resultados atingidos por cada uma das categorias individualmente.

## Inclusividade

A análise da inclusividade centrou-se na questão do gênero, que o usuário escolhe entre "homem" ou "mulher" no momento do cadastro no *website*. As unidades de análise foram: mulheres que votaram; homens que votaram. Apenas 34% dos usuários que votaram se identificaram como mulher, 52% declaram-se homens e 14% não escolherem entre as opções possíveis (Gráfico 2).

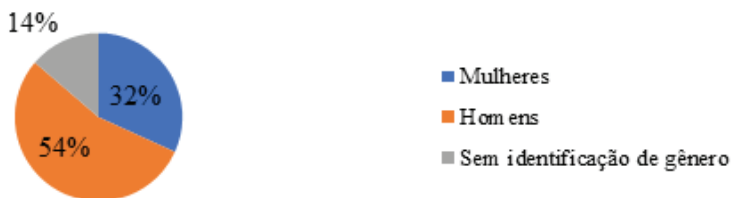


Gráfico 2 - Inclusividade por gênero na votação do projeto de lei 7633/2014 no *Vote na Web*  
 Fonte: elaboração própria

Quando comparamos esse resultado aos dados da pesquisa Censo de 2010, realizada pelo IBGE, percebemos que esses números indicam baixa inclusividade das mulheres na votação. Dos mais de 190 milhões de habitantes do Brasil – residentes em domicílios - 97.348.809 são mulheres, o gráfico 3 compara os índices.

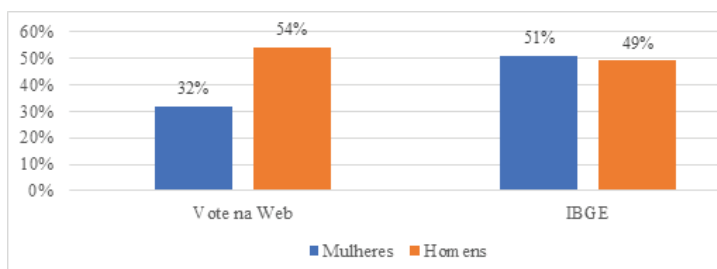


Gráfico 3 - Comparação entre dados do *Vote na Web* e do IBGE para inclusividade por gênero  
 Fonte: elaboração própria

Mesmo que todos os usuários que não escolheram opção de gênero fossem mulheres, a taxa de inclusão não atingiria um parâmetro ideal à realidade nacional, porém se aproximaria muito disso – 48%.

Ainda podemos discutir o reflexo desta baixa inclusão no resultado da votação. O Gráfico 4 compa-

ra o posicionamento entre mulheres e homens. Pela diferença expressiva entre o número de homens e mulheres na votação, os números totais são: 3658 mulheres votaram sim; 498 mulheres votaram não; 5571 homens votaram sim; 1552 homens votaram não.

Na discussão de um projeto que atinge diretamente às mulheres, se somente homens ou mulheres estivessem votando, a diferença entre os que optaram pelo “sim” ou “não” chega a 10%. Outro resultado relevante é a grande porcentagem de usuários que não se identificaram como homens ou como mulheres – 14%. A própria pesquisa do IBGE não permite outra identificação.

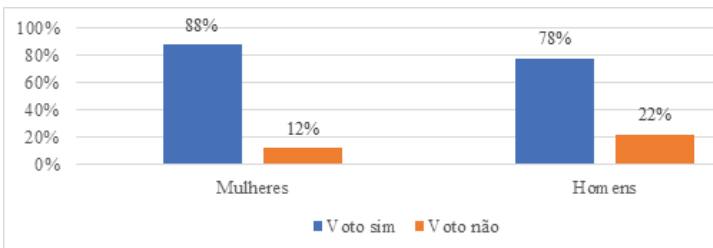


Gráfico 4 - Comparação entre o posicionamento de mulheres e homens no fórum do projeto de lei 7633/2014 no Vote na Web  
Fonte: elaboração própria

## Respeito Mútuo

No caso da do respeito mútuo, dos 496 comentários analisados, 360 (74%) expressavam respeito implícito, sem desrespeitar qualquer participante do fórum, ou o deputado autor do projeto de lei em questão. Setenta e cinco (15%) comentários adotaram um posicionamento rude, desfavorecendo a qualidade da deliberação. E trinta e três (7%) foram incivis, adotando posicionamento homofóbico, xenofóbico ou



gradativamente mais rude que os outros, usando mais de um aspecto de linguagem sem respeito em um mesmo comentário. Somente dezoito (4%) comentários usaram linguagem respeitosa explícita, elogiando, parabenizando ou sendo gentil a outro participante do fórum ou ao deputado que propôs o projeto de lei em questão (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Resultado da análise da categoria respeito mútuo no fórum do projeto de lei 7633/2014 no *Vote na Web*

Fonte: elaboração própria

Há comentários homofóbicos (Figura 5), que usaram a homossexualidade do deputado autor do projeto de lei como justificativa para não concordar com a proposta. Um comentário foi xenofóbico (Figura 6), atacando médicos cubanos. Isso revela como é importante desconsiderar elementos coercivos na deliberação quando adotamos a pluralidade de formas discursivas e o reconhecimento dos participantes e justificações (DRYZEK, 2004; BOHMAN, 2009).

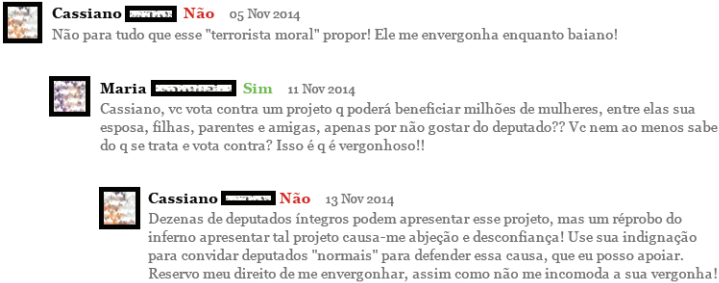


Figura 5 - Comentário homofóbico no fórum do projeto de lei 7633/2014 no Vote na Web

Fonte: [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

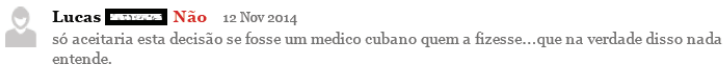


Figura 6 - Comentário xenofóbico no fórum do projeto de lei 7633/2014 no Vote na Web

Fonte: [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

Pensando na deliberação além dos procedimentos, devemos relacionar as categorias, quando olhamos somente para o respeito mútuo temos um resultado positivo, mas a análise da discussão permitiu que observássemos e relacionássemos o efeito de uma categoria sobre a outra. A partir de agora vamos expor os resultados das análises das outras categorias, relacionando cada uma delas ao respeito mútuo.

## Provimento de Razões

Entre os participantes há dissenso quanto aos meios para efetivar o objetivo do projeto de lei - diminuir o número de cesarianas e humanizar o atendimento a gestantes - e sobre o que se trata a humanização do parto.

Como garantir a pluralidade era uma de nossas preocupações, nos baseamos nas formas de discursos e Dryzek (2004); analisamos as subcategorias por exclusão mútua dos índices (BARDIN, 1977). Depois dessa primeira classificação, tabulamos os resultados para visualização como seria o debate se considerássemos os turnos de fala coercivos, e por fim, excluímos os comentários coercivos, que foram categorizados como sem respeito mútuo rude ou incivil. Apresentaremos o resultado final, comparando com algumas características importantes do resultado parcial, quando foram considerados todos os comentários com provimento de razões, independente de coerção ou não.

Dos 496 comentários, 353 (71%) apresentaram algum tipo de justificação de acordo com os índices pré-estabelecidos; 153 comentários (29%) não fizeram quaisquer considerações sobre o posicionamento do usuário contra ou a favor do projeto de lei (Gráfico 6). Na primeira análise, considerando comentários coercivos, 443 comentários (81%) apresentava algum tipo de justificação, 110 comentários foram excluídos pelo posicionamento desrespeitoso.



Gráfico 6 - Resultado da análise da categoria provimento de razões no fórum do projeto de lei 7633/204 no Vote na Web  
Fonte: elaboração própria

Na análise final, a subcategoria experiências pessoais foi a que mais perdeu espaço depois da exclusão dos comentários considerados desrespeitosos; na análise parcial eram 184 (42%) comentários baseados em experiências pessoais, o número caiu para 133 comentários (38%) na análise final. As outras categorias foram afetadas da seguinte maneira, 143 (32%) utilizaram orientação para o bem comum como provimento de razões na análise parcial, na análise final o índice ficou em 123 comentários (35%), para referências externas a diferença foi de 19 comentários, de 116 (26%) foi para 97 comentários (27%) (Gráfico 7).

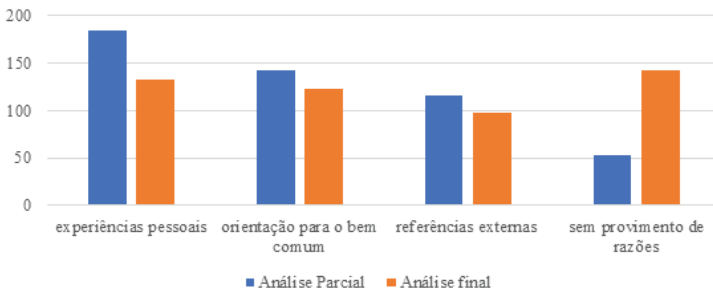


Gráfico 7 - Comparação entre os resultados parcial e final da análise das subcategorias provimento de razões no fórum do projeto de lei 7633/204 no *Vote na Web*  
Fonte: elaboração própria

Apesar das subcategorias mais e menos recorrentes continuarem as mesmas, a desconsideração de 51 comentários de experiências pessoais coercivos, permite discutir e reiterar a ideia de que a deliberação é reconhecimento (BOHMAN, 2009). Quando o usuário justifica com razões individualizadas, baseadas em algo que ele viveu, esse movimento de encontro

à realidade do outro não é efetuado, deixando-o mais propenso desrespeito.

Outro dado interessante para analisar é o dissenso entre os usuários baseado nas subcategorias de justificação na análise parcial de final. A subcategoria mais afetada pelo corte dos comentários coercivos foi a de experiências pessoais (Gráfico 8), mais especificamente os comentários que se posicionaram contrários ao projeto de lei, eram 94 e caíram para 60, tornam-se minoria dentro da própria subcategoria. No caso analisado, os comentários que eram contrários ao projeto de lei em questão, e que utilizaram como fundamentação experiências pessoais foram os com menor índice de respeito.

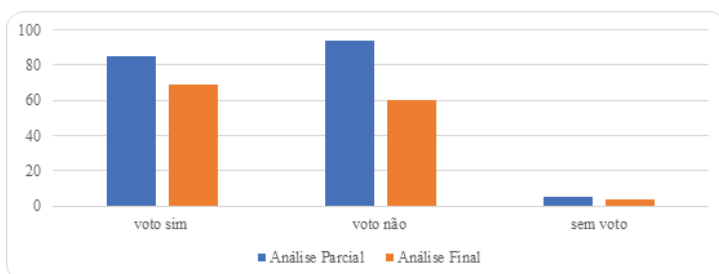


Gráfico 8 - Comparação dos resultados obtidos na análise parcial e final do dissenso entre os comentários que se fundamentaram em experiências pessoais para o provimento de razões no fórum do projeto de lei 7633/204 no *Vote na Web*

Fonte: autoria própria

## Tópico

A categoria tópico revelou que os comentários eram pertinentes ao tema debatido. Apenas 58 comentários estavam fora do tópico e 438 ficaram no tema da discussão (Gráfico 9).

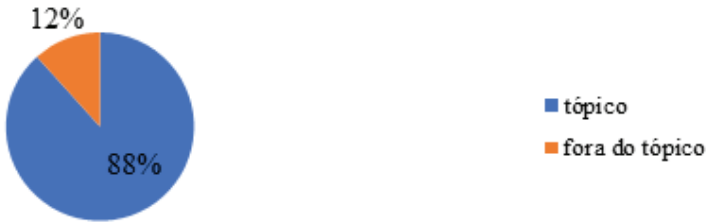


Gráfico 9 - Resultado da análise da categoria **Tópico no fórum do projeto de lei 7633/2014 no Vote na Web**  
Fonte: autoria própria

Um dos principais temas discutidos entre os participantes foi a respeito do direito de escolha do tipo de parto, se deveria prevalecer a opinião da paciente ou do médico. Os comentários também traziam o tema sobre o parto humanizado, devido à falha no resumo, muitos participantes tinham que explicar o tema.

Trinta e quatro comentários fora do tópico discutiam o deputado que propôs o projeto de lei ou o seu posicionamento político, a maioria era contrária à figura do deputado (Figura 7), outros se surpreendiam com o fato da proposta ter vindo de um deputado com o qual não compactuavam (Figura 8) e apenas 3 comentários (Figura 9) justificaram a favor do deputado.



**VEM PRA DIREITA! Não** 27 Nov 2014

SÓ PODIA TER VINDO DESSE DÉBIL MENTAL, COMUNISTA, MESMO!!!

Figura 7 - Exemplo de comentário fora do tópico

Fonte: [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015



**Priscila** **Sim** 22 Dez 2014

Finalmente um projeto que presta desse lixo Wyllys.

Figura 8 - Exemplo de comentário fora do **tópico**

Fonte: [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015



**Isabela** **Sim** 30 Out 2014  
 máximo respeito Jean Wyllys!

figura 9 - Exemplo de comentário fora do tópico

Fonte: [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

Quando cruzamos os dados da categoria de respeito mútuo e tópico, percebemos que 33 comentários fora do tópico eram desrespeitosos. Esse resultado revela que o usuário que está indisposto para discutir sobre o próprio tema do projeto é na maioria das vezes desrespeitoso com outros participantes do fórum (Gráfico 10).

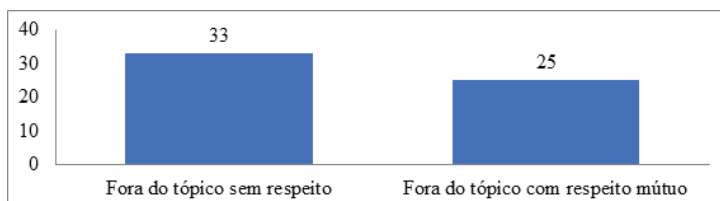


Gráfico 10 - Comparação entre as categorias respeito mútuo e tópico

Fonte: elaboração própria

## Reciprocidade

Dos 496 comentários, 212 tiveram reciprocidade, 12 com acordo, 12 com neutralidade e 188 em desacordo (Gráfico 11). O diálogo entre usuários que votaram da mesma maneira é quase inexpressivo, o *Vote na Web*, no caso do fórum analisado, é uma arena para convencer o outro de que ele está errado de alguma maneira.



Gráfico 11 - Resultado da análise da categoria reciprocidade no fórum do projeto de lei 7633/2014 no Vote na Web

Fonte: elaboração própria

A reciprocidade não está distribuída entre os usuários, alguns comentaram mais de uma vez, insistindo numa troca de justificações com outro usuário – traços de interação mútua -, buscando o convencimento, em alguns casos era respondido por um usuário que não concorda com ele, em outros, tinha apoio de outros usuários que também pensavam como ele (Figura 10).



**Dani** **Não** 10 Jan 2015

Sou contra pois em alguns casos é o modo mais seguro tanto para mãe quanto para o bebe



**Victoria** **Sim** 12 Jan 2015

sim, a cessarea continuara sendo usado em casos de risco, mas hoje os médicos fazem simplesmente por não querer esperar o trabalho de parto.



**Lidiane** **Não** 13 Jan 2015

eEm grande parte dessa escolha é da mãe pois tem medo de sentir dores de parto

Figura 10 - Exemplo de comentário da categoria reciprocidade  
Fonte: [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

Percebemos que reciprocidade não significa respeito, a abertura do diálogo muitas vezes foi estopim para troca de comentários desrespeitosos. Cruzamos os dados das categorias respeito mútuo e reciprocidade. Dos 212 comentários que estavam em reciprocidade, 45 expressaram desrespeito a outros usuários ou ao deputado que propôs o projeto de lei (Gráfico 12) sendo 32 rudes e 13 incivis. O desrespeito não exclui



a reciprocidade, mas revela como são os diálogos nesse ambiente, 21% dos comentários que tiveram alguma troca dialógica foram desrespeitosos.



Gráfico 12 - Comparação entre os resultados das categorias respeito mútuo e reciprocidade  
 Fonte: elaboração própria

Desses 45 comentários, 21 foram de efeito catarse, repostas desrespeitosas a comentários desrespeitosos, e 7 foram desrespeitosos com todos os usuários que votaram ou comentaram de determinada maneira (Figura 11).

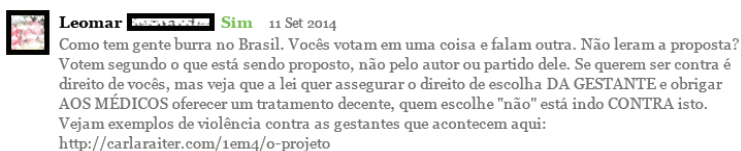


Figura 11 - Exemplo de comentário que desrespeita todos os outros comentários  
 Fonte: dados [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

## Reflexividade

A reflexividade foi a categoria com mais baixa aparição, 151 dos 496 comentários, atingindo taxa de 30% (Gráfico 13). A reciprocidade é condição para reflexividade, 61 comentários dialogaram com outros comentários sem complementar, refletir ou ampliar a sua justificação.



Gráfico 13 - Resultado da análise categoria reflexividade no fórum do projeto 7633/2014 no *Vote na Web*  
Fonte: elaboração própria

Comparamos a categoria de reflexividade com a de respeito mútuo, 30 comentários reflexivos foram desrespeitosos, atingindo uma taxa parecida com a relação entre reciprocidade e sem respeito mútuo (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Comparação entre as categorias respeito mútuo e reflexividade no debate do projeto de lei 7633/2014 no *Vote na Web*  
Fonte: elaboração própria

A Figura 12 mostra como a reciprocidade e a reflexividade com respeito são importantes para o processo de deliberação. De todos os diálogos detectados, esse é o único exemplo no qual o usuário mudou de opinião após a discussão. A usuária Ana Maria, foi rude, mas o Matheus respondeu ao seu comentário com reciprocidade, reflexividade e respeito implícito, Ana Maria respondeu da mesma forma e mudou o seu voto.



**Ana Maria**  **Não** 10 Nov 2014

Caro Deputado, desde quando lei obriga alguém a alguma coisa? E mais, como humanizar parto, em locais que são verdadeiras pocilgas? Temos hospitais? ou o Senhor também vive no mundo da fantasia?



**Matheus**  **Sim** 12 Nov 2014

Existem realmente, hospitais em péssimas condições, mas existem outros que não. E as leis, caso não saiba, servem para garantir o bem-estar da população, neste momento e durante toda sua vida você está sendo protegida (claro que infelizmente nem sempre são respeitadas). E não há nada de fantástico neste projeto, em nenhum momento falou que todos os hospitais são perfeitos. Boa noite



**Ana Maria**  13 Nov 2014

Senhor Matheus apesar de ter dito "...E as leis, caso não saiba, servem para..." (com que intenção não sei), logo a seguir entre parêntesis afirma: "claro que infelizmente nem sempre são respeitadas", significa dizer que o meu ponto de vista está correto, pois o que tentei sinalizar é a necessidade de respeito que caracteriza qualquer ação humanizada. E, o que se verifica é justamente a falta dele, que ao reconhecê-la reforça o descrédito em medidas autoritárias como essa. Ora, deste modo como falar em humanização, antecedida de obrigatoriedade, ou seja, será que uma lei será o bastante para fazer com que princípios básicos aconteçam? Isto faz com que tal projeto seja uma fantasia diante da quantidade de aspectos que precisam ser revistos em nossa sociedade. Apesar de tudo creio que com o tempo chegaremos a humanização não só do parto mas de mil outras coisas mais que todos necessitamos.

Figura 12 - Exemplo de comentário com reflexividade

Fonte: [www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014](http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-7633-2014) acessado em 18/01/2015

## Considerações finais

O *Vote na Web*, como experiência de uso político da internet, é arena participativa, mas não deliberativa. O potencial de deliberação – que não se efetiva – está justamente em permitir que as pessoas participem em torno de determinado tópico, mas essa participação não leva à deliberação, esses usuários interagem com o resumo, expõem sua opinião e se posicionam, mas sem aprofundar-se na reciprocidade e na reflexividade.

Os resultados obtidos são consistentes com a bibliografia utilizada. A internet e outros meios de comunicação não irão desempenhar sozinhos o papel de arena deliberativa, mas num sistema de deliberação ampliada entram no fluxo de comunicação política como espaços participativos. Mesmo assim, no agir nas redes há cooperação, competição (argumentação) e conflito (falta de respeito), a falta de equilíbrio entre essas atitudes é o problema.

A internet é local para discussão de tópicos que não tem visibilidade na mídia tradicional e nos meios institucionalizados. Ela abre caminho para visibilidade, mas sozinha não ativa a mudança social, depende da articulação de atores, governantes e até dos meios de comunicação tradicionais.

Experiências não institucionais de participação e potencial deliberação, como o *Vote na Web*, são ambientes digitais para que os cidadãos se expressem. Nesse momento de expressão, os indivíduos não se despem de suas histórias, experiências e crenças, a pluralidade é garantida pela inclusão e pela adoção de diferentes formas de discurso, principalmente quando o tema envolve relações familiares e emocionais, que é o caso do parto.

Os ambientes digitais ampliam essa pluralidade, mas não garantem o respeito entre os participantes, categoria deliberativa tão importante quanto o provimento de razões. O maior obstáculo apresentado é o próprio comportamento dos indivíduos on-line, que talvez não seja tão rude e incivil no interpessoal, onde não estão protegidos pela tela.

Não há efetivação das potencialidades pela falta de respeito e de articulação entre as pessoas no on-line. Apesar de ser uma rede de redes, a força entre os nós não é distribuída, alguns são mais fortes, a reciprocidade e a reflexividade não estão em todo lugar. A distância geográfica e a falta de personalização do outro acabam contribuindo para o desrespeito entre os internautas.

Além disso, quando as pessoas deliberam presencialmente elas desenvolvem somente essa tarefa. A internet é um ambiente multitarefa, e o usuário dificilmente executa uma atividade por vez, logo, a

falta de atenção e da ideia de que *estou nesse site para codecidir* inibe comportamentos cooperativos e focados na deliberação.

Diferentemente de uma deliberação presencial, os participantes não se veem, e a presença de moderação pode passar despercebida. Uma deliberação presencial é mais transparente a seus participantes, mas quando a discussão é on-line ela é mais transparentes aos que não estão integrados no processo.

Mesmo que a categoria respeito tenha atingido altos índices, quando comparada a outras categorias é possível apontar interferências. Na reciprocidade e na reflexividade cria-se uma corrente, um comentário desrespeitoso gera outro comentário desrespeitoso. No provimento de razões, os comentários desrespeitosos centraram-se na categoria experiência pessoais, ou seja, os usuários que se restringiram à sua subjetividade e não fizeram o movimento deliberativo de ir de encontro ao outro e de reconhecer o argumento do outro.

Não houve reconhecimento e nem diálogo no caso analisado, então não houve deliberação. Um ou outro usuário mais engajado usou o espaço para participação, e em alguns casos, até tentou estabelecer um debate, mas a pouca força nos laços que ligavam os nós dessa rede não levou a ação para frente.

Voltamos, então, à antiga dualidade; o que leva à qualidade do debate, incluir mais pessoas ou selecionar participantes? A exclusão prejudica a inclusividade, mas a presença de tamanha pluralidade parece cegar a etapa do reconhecimento. O que defendemos é a organização de pequenas arenas de grupos subalternos e públicos fracos para delibe-

ração interna, e depois a articular dessas arenas num contexto de deliberação ampliada.

Outras questões de pesquisa também surgiram de nossa análise. Apesar da baixa qualidade, a categoria tópico - uma das mais dependentes do provimento de informação de qualidade - foi as que atingiram índices mais altos de qualidade de deliberação. Há uma desconexão entre as variáveis qualidade da informação e qualidade da deliberação.

A temática do parto humanizado é pouco discutida no resumo, mas é ampliada pelos próprios usuários. Talvez, se a temática do direito da mulher e a problemática da saúde pública fossem incluídas no resumo, isso teria efeito nas categorias que prezam pelo respeito e pela interação mútua entre os participantes.

O consumo de informação política é uma das etapas do engajamento cívico, como abordamos aqui, mas a qualidade dessa informação não foi determinante para a qualidade da discussão em torno do tópico abordado. Questiona-se o papel do editor de informações, no caso do website analisado, e do jornalista, em outros exemplos de meios de comunicação, na ativação da participação civil e do engajamento.

Conseguimos atingir o nosso objetivo, que era discutir a interação de atores sociais em ambiente digitais de participação e deliberação. Propomos que as pesquisas continuem a explorar esses conceitos no campo da Comunicação, principalmente na relação entre as variáveis qualidade da informação e qualidade da participação e da deliberação.

## Referências

AURAY, N. Penser l'éthique du numérique: entre le morale et domi-

nation. In **Médias sociaux : enjeux pour la communication**. PROULX, Serge ; MILLETTE, Mélaïne; HEATON. Lorna. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOHMAN, J. O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org. e tradução). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

COELHO, V.; NOBRE, M. Apresentação. In **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências no Brasil contemporâneo**. COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). São Paulo: Editora 34, 2004.

DRYZEK, J. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências no Brasil contemporâneo**. COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). São Paulo: Editora 34, 2004.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FUCHS, C. **Social Media: a critical introduction**. Londres: SAGE Publications, 2014.

JENSEN, M.; JORBA, L.; ANDUIZA, E. Introduction. In **Digital Media and Political Participation Worldwide: a comparative study**. New York: Cambridge University Press, 2012.

MARQUES, Â. As inserções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org. e tradução). Belo Horizonte: Editora Autêntica 2009.

MARQUES, F. "Muro baixo, o povo pula": iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, pp. 117-142, 2010.

MENDONÇA, R.; PEREIRA, M. **Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o Vote na Web**. In IV Congresso Latinoamericano de Opinião Pública – WAPOR 4. Belo Horizonte, 2011.

MOUFFE, C. Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism. **Political Science Series**, 72, 2000.

RECUERO, R. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

\_\_\_\_\_. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

SAMPAIO, R.; BARROS, S.; MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. **Opinião Pública**, vol. 18, nº 2, pp. 470-489, 2012.

SAMPAIO, R. Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online. In **Internet e participação política no Brasil**. MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (Org). Porto Alegre: Sulina, 2011.

SINTOMER, Y. Délibération et participation: affinité élective ou concepts en tension?. **Participations**, nº 1, pp. 239-276, 2011.

SHIRKY, Clay. **A Cultura da Participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

STEENBERGEN, M. *et al.* Measuring political deliberation: A discourse quality index. **Comparative European Politics**, v. 1, pp. 21-48, 2003.

STEINER, J. **The foundations of Deliberative Democracy: empirical research and normative implications**. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

VEDEL, T. Internet et les pratiques politiques. In **La communication politique: État des savoirs, enjeux et perspectives**. GINGRAS, Anne-Marie (Org.). Sainte-Foy: PUQ, 2003.